



MUNICÍPIO DE CAJAMAR/SP
PROCESSO SELETIVO INTERNO - EDITAL Nº 02/2025

ESPELHOS DE RESPOSTA DAS PROVAS DISSERTATIVAS APLICADAS EM 02/11/2025

APLICAÇÃO DO PERÍODO DA MANHÃ
PROVA DISSERTATIVA – ESPELHO DE RESPOSTA

INSTRUÇÕES

A **prova dissertativa** não poderá ser assinada, rubricada, ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho da folha de texto definitivo, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. **A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a eliminação do candidato do concurso público.**

O texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da prova dissertativa. A folha para rascunho é de preenchimento facultativo, e não vale para finalidade de avaliação.

A **prova dissertativa** consistirá na elaboração de **2 (duas) questões teórico-práticas**, que deverão ser respondidas com um texto dissertativo argumentativo. Para cada questão teórico-prática, o candidato deverá redigir **no mínimo 10 e, no máximo, 15 linhas**. Não será considerado texto escrito fora do local apropriado, que não atingir a quantidade mínima de linhas e/ou que ultrapassar a extensão máxima estabelecida.

As transformações contemporâneas no campo educacional têm deslocado o foco do ensino centrado na transmissão para a aprendizagem ativa e significativa. Autores como Camargo (2018) e Fiuza & Lemos (2016) enfatizam a importância da mediação docente em ambientes híbridos e tecnologicamente integrados, em que o aluno é agente do próprio conhecimento. Essa perspectiva dialoga com as contribuições de Vygotsky (apud Oliveira, 2011) e Wallon (Lataille et al., 1992), que compreendem o desenvolvimento humano como processo sociocultural, interativo e dinâmico, e com Luckesi (2011), que defende a avaliação formativa como parte do ato pedagógico. A prática educativa, portanto, não se resume à técnica: ela exige um projeto político-pedagógico (Veiga, 2020; Vasconcelos, 2005) que articule intencionalidade, planejamento e compromisso com o desenvolvimento integral, cognitivo, afetivo, social e ético dos estudantes.

1. **Considerando as contribuições de Vygotsky, Camargo, Luckesi e Veiga, discuta criticamente de que forma as metodologias ativas e o uso de tecnologias podem ser integrados ao planejamento didático para promover o desenvolvimento integral dos alunos, evitando que a inovação tecnológica se restrinja a um modismo pedagógico.**

As metodologias ativas, quando fundamentadas teoricamente, representam uma mudança paradigmática na didática, deslocando o foco do ensino transmissivo para a aprendizagem significativa e autorregulada. Vygotsky (apud Oliveira, 2011) sustenta que o desenvolvimento humano ocorre pela mediação social e cultural, sendo a aprendizagem motor do desenvolvimento. Camargo (2018) aprofunda essa ideia ao propor estratégias de ensino que mobilizam a participação ativa do estudante, por meio de desafios cognitivos, resolução de problemas e colaboração em ambientes mediados por tecnologia. Luckesi (2011) complementa, ao defender que a avaliação deve ser compreendida como parte do processo formativo, favorecendo o acompanhamento contínuo e o desenvolvimento integral do educando.

Veiga (2020) e Vasconcelos (2005) reforçam que o planejamento didático e o projeto político-pedagógico são instrumentos de intencionalidade, articulando o compromisso ético e a prática educativa ao contexto real da escola. Assim, a integração de tecnologias digitais deve ir além do modismo ou da simples instrumentalização, configurando-se como meio de ampliar a autoria, a criticidade e a criatividade dos alunos. As metodologias ativas devem promover a construção de sentido, a cooperação e o pensamento crítico, favorecendo dimensões cognitivas, afetivas e éticas do desenvolvimento humano. A docência, nessa perspectiva, transforma-se em prática reflexiva e emancipatória, em que o professor é mediador, e o aluno, protagonista do próprio processo formativo.

O currículo, o planejamento e a avaliação escolar não podem ser compreendidos como procedimentos neutros, mas como práticas intencionalmente orientadas por concepções filosóficas, éticas e sociais. Gesser (2011) destaca que o planejamento é um ato político que traduz a intencionalidade educativa nas condições concretas da escola, articulando teoria e prática. Luckesi (2011) amplia essa compreensão ao afirmar que a avaliação é parte constitutiva do processo de ensinar e aprender, devendo promover o desenvolvimento e não a exclusão. Já as Indagações sobre Currículo (MEC, 2007) enfatizam que o currículo deve ser concebido como prática social, construída coletivamente e voltada à formação integral do sujeito, e não como simples seleção de conteúdos. Assim, o planejamento pedagógico se torna espaço de mediação entre os fundamentos teóricos e as realidades históricas, culturais e institucionais da escola.



MUNICÍPIO DE CAJAMAR/SP PROCESSO SELETIVO INTERNO - EDITAL Nº 02/2025

2. Com base nos autores citados, analise de que forma currículo, planejamento e avaliação se articulam como instrumentos ético-políticos de transformação da prática educativa e de promoção da aprendizagem significativa no contexto escolar contemporâneo.

Currículo, planejamento e avaliação são dimensões indissociáveis da prática educativa e constituem instrumentos de natureza política, ética e formativa. O currículo, segundo o MEC (2007), expressa um projeto de sociedade e de ser humano, devendo integrar saberes, culturas e valores que dialoguem com a realidade dos estudantes. O planejamento, conforme Gesser (2011), materializa a intencionalidade docente, sendo um ato político de organização consciente das ações pedagógicas em consonância com os princípios do projeto educativo da escola. A avaliação, para Luckesi (2011), é momento de reflexão sobre a aprendizagem e sobre o próprio ensino, superando a função classificatória e excludente.

Essas três dimensões, quando articuladas, tornam-se instrumentos de emancipação, pois asseguram coerência entre teoria e prática, entre finalidade e ação. Planejar e avaliar o currículo é refletir sobre o sentido da educação e sobre as condições concretas de aprendizagem, garantindo equidade, criticidade e humanização. Nessa perspectiva, a prática educativa se torna dialógica, diagnóstica e formativa, contribuindo para o desenvolvimento integral do aluno e para a construção de uma escola comprometida com a justiça social e o direito de aprender.

APLICAÇÃO DO PERÍODO DA TARDE **PROVA DISSERTATIVA – ESPELHO DE RESPOSTA**

INSTRUÇÕES

A **prova dissertativa** não poderá ser assinada, rubricada, ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho da folha de texto definitivo, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. **A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a eliminação do candidato do concurso público.**

O texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da prova dissertativa. A folha para rascunho é de preenchimento facultativo, e não vale para finalidade de avaliação.

A **prova dissertativa** consistirá na elaboração de **2 (duas) questões teórico-práticas**, que deverão ser respondidas com um texto dissertativo argumentativo. Para cada questão teórico-prática, o candidato deverá redigir **no mínimo 10 e, no máximo, 15 linhas**. Não será considerado texto escrito fora do local apropriado, que não atingir a quantidade mínima de linhas e/ou que ultrapassar a extensão máxima estabelecida.

A educação, enquanto fenômeno social e histórico, reflete contradições estruturais das sociedades em que se insere. Segundo Dubet (2004), a escola justa é aquela que não apenas garante igualdade formal de acesso, mas reconhece a diversidade de trajetórias e busca compensar desigualdades reais de origem social e cultural. Essa concepção rompe com a visão meritocrática tradicional, articulando-se com o pensamento de Saviani (2013), que entende a educação como prática social mediadora da emancipação humana, e de Candau (2016), que propõe uma pedagogia intercultural comprometida com o reconhecimento do “outro” e com o enfrentamento das desigualdades culturais e simbólicas.

Nesse contexto, a escola deixa de ser espaço neutro e assume um papel político e ético de produção de justiça social, não pela homogeneização, mas pela valorização das diferenças e pela construção de oportunidades equitativas de aprendizagem.

1. Com base nas concepções de Dubet, Saviani e Candau, analise de que maneira a escola contemporânea pode atuar como espaço de justiça e emancipação social sem reforçar desigualdades simbólicas e culturais. Em sua resposta, discuta os desafios éticos, pedagógicos e políticos dessa tarefa e exemplifique como tais princípios se materializam nas práticas curriculares e avaliativas.

A escola contemporânea, ao assumir-se como espaço de justiça e emancipação, precisa romper com a neutralidade aparente e reconhecer seu papel político e ético na reprodução e transformação das desigualdades sociais. Dubet (2004) afirma que uma escola justa é aquela que compreende a igualdade como equidade, oferecendo condições diferenciadas a sujeitos desigualmente posicionados na estrutura social. Saviani (2013), ao discutir a pedagogia histórico-crítica, reforça que a educação é prática social mediadora entre o saber sistematizado e a experiência vivida, tendo por finalidade a emancipação humana e a superação das formas de alienação. Candau (2016) amplia essa perspectiva ao introduzir a interculturalidade como princípio ético-político, defendendo que o reconhecimento da diversidade cultural e simbólica é condição para a justiça educativa. Nesse sentido, a escola deve valorizar as diferenças, sem transformá-las em hierarquias, e promover currículos e avaliações que considerem trajetórias diversas, saberes comunitários e experiências socioculturais plurais. A prática docente, portanto, precisa articular rigor epistemológico e sensibilidade social, de modo a construir processos formativos dialógicos, contextualizados e participativos. A justiça escolar, nessa concepção, não é apenas distributiva, mas também cultural e simbólica, implicando uma



MUNICÍPIO DE CAJAMAR/SP PROCESSO SELETIVO INTERNO - EDITAL Nº 02/2025

prófunda revisão das práticas pedagógicas, curriculares e avaliativas, para que a educação seja instrumento de emancipação e não de reprodução das desigualdades.

A perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano (Vygotsky *apud* Oliveira, 2011) sustenta que o aprendizado é processo social mediado e que as funções psicológicas superiores se formam nas interações com o outro. Essa concepção encontra ressonância na educação inclusiva contemporânea, conforme Karagiannis, Stainback & Stainback (1999), para quem a escola deve redefinir o conceito de normalidade e garantir a todos os alunos oportunidades de participação plena, reconhecendo as diferenças como dimensões constitutivas da aprendizagem. Fonseca (2008) complementa essa visão ao destacar o papel do desenvolvimento psicomotor como base da construção cognitiva e afetiva, e não apenas como fator biológico. A inclusão, portanto, é um movimento pedagógico e ético que implica compreender a diversidade como potencial e não como limitação.

2. Com base nos autores citados, analise como a articulação entre a psicologia do desenvolvimento e os fundamentos da educação inclusiva pode transformar as práticas pedagógicas e promover o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

A articulação entre a psicologia do desenvolvimento e a educação inclusiva redefine o modo de compreender o processo de aprendizagem e o papel da escola. Vygotsky (*apud* Oliveira, 2011) demonstra que o desenvolvimento ocorre por meio da interação social, sendo a mediação docente essencial para potencializar as zonas de desenvolvimento proximal. Karagiannis, Stainback & Stainback (1999) ampliam esse princípio ao afirmarem que a inclusão escolar deve garantir o direito à diferença e a plena participação de todos os alunos, com base em práticas pedagógicas flexíveis e colaborativas. Fonseca (2008) acrescenta que o desenvolvimento psicomotor, emocional e cognitivo é indissociável, exigindo da escola intervenções que respeitem o ritmo e a singularidade de cada estudante.

Essa integração teórico-prática implica a reconstrução das práticas pedagógicas, dos currículos e das avaliações, substituindo a lógica da homogeneização pela valorização da diversidade e da cooperação. A escola inclusiva é, portanto, espaço de convivência, mediação e diálogo, onde o desenvolvimento é compreendido como direito e não privilégio. Ao reconhecer as potencialidades individuais e coletivas, o ensino torna-se mais humano, equitativo e emancipador, contribuindo para a formação integral e para a consolidação de uma cultura escolar democrática e justa.

Cajamar, 26 de novembro de 2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR/SP